

# Plano de Desenvolvimento Social 2016 - 2018

---



# Ficha Técnica

## Titulo

**Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oliveira de Azeméis 2016 - 2018**

## Coordenação - Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Oliveira de Azeméis

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (CMOA) - Presidente do CLASOA | Gracinda Leal

CMOA – Divisão Municipal de Ação Social (DMAS) | Maria da Luz Pinto

CMOA – DMAS – Rede Social | Ana Valente - Irene Lobo

Conselho Municipal de Educação | Vera Ferreira

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro – Serviço Local de Oliveira de Azeméis | Goreti Mano

Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos | Sílvia Moreira

Agrupamento de Centros de Saúde Aveiro Norte (ACES Aveiro Norte) – Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis |  
Teresa Barata

Obra Social de S. Martinho da Gândara | Ana Margarida Miranda

Junta de Freguesia de Loureiro (eleita entre as Juntas de Freguesia presentes na Sessão Plenária do LXII CLASOA) |  
Rui Luzes Cabral

Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo | Ilda Silva

Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho | Paula Alexandra Gomes – Alexandra Vieira Dias

Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis | Célia Almeida - Susana Barbosa

Rede Local de Intervenção Social (RLIS) | Diana Semblano

Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) - Projeto TIME | Sandra Lopes

## Entidade promotora

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

Divisão Municipal de Ação Social

## Data

2016

## Versão

5º Documento do Plano de Desenvolvimento Social concelhio aprovado na sessão plenária do Conselho Local de Ação Social de Oliveira de Azeméis de 29 de janeiro de 2016.

## Mensagem

Na sequência do trabalho contínuo e empenhado da Rede Social de Oliveira de Azeméis, o ano 2016 fica assinalado pela implementação de um novo Plano de Desenvolvimento Social, cuja vigência será 2016 – 2018.

Desde 2002 que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, ao aderir ao programa Nacional Rede Social, disponibiliza instrumentos de planeamento estratégico essenciais a quem trabalha neste território permitindo o acesso a orientação e fundamentos para a sua intervenção social.

É também através destes documentos de planeamento (Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Ação) que o município tem vindo a desenhar uma estratégia coesa no combate às desigualdades e na promoção da inclusão, em estreita colaboração com as entidades locais, supraconcelhias e nacionais.

No entanto, os novos desafios sociais e económicos que atingem a população exigem às autarquias e redes sociais uma intervenção social mais eficaz e eficiente. Para tal só há uma resposta possível: a união e o esforço de toda a sociedade.

A responsabilidade pelo combate à pobreza e exclusão social não é unicamente de algumas entidades vocacionadas para esta área mas uma responsabilidade de qualquer pessoa/entidade, pressupondo-se a mobilização local de todos os intervenientes sociais.

Com este documento estratégico disponibiliza-se um conjunto de dados, prioridades de intervenção, objetivos e ações a desenvolver, que permitirá a fundamentação da intervenção social no nosso território e que estão em linha com os objetivos temáticos expressos no Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020.

E é nesta aposta arrojada, difícil mas não impossível, com o contributo de todos/as na operacionalização deste documento (PDS), baseada numa visão que privilegia a cultura de parceria, envolvendo pessoas e instituições, que Oliveira de Azeméis trilha um caminho de maior solidariedade, de maior inclusão e de mais inovação.

Quero manifestar a minha gratidão e apreço a todas as pessoas que dedicam o melhor de si à causa social, permitindo que o mundo seja melhor. Bem-haja!

A Vereadora e Presidente do Conselho Local de Ação Social

Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal

## Lista de Siglas e Abreviaturas

ACES – Agrupamentos dos Centros de Saúde

ACES EDV II - AN - Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga II, Aveiro Norte

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Terras de Santa Maria

AMP – Área Metropolitana do Porto

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

APFN – Associação Portuguesa de Famílias Numerosas

ARI - Associação de Reformados e Idosos de Macieira de Sarnes

ARPC - Associação de Reformados e Pensionistas de Carregosa

ARS – Administração Regional de Saúde

BMFC – Biblioteca Municipal Ferreira de Castro

CAE – Rev.3 – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – Revisão 3

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CERCIAZ – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Oliveira de Azeméis

CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CLASOA - Conselho Local de Ação Social de Oliveira de Azeméis

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CLDS 3G - Projeto TIME – Tempo de Incluir, Mudar e Empreender

CMD – Comissão Municipal para a Deficiência

CME – Conselho Municipal de Educação

CMI – Cartão Municipal Sénior

CMS – Conselho Municipal Sénior

CMOA – Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

CMPS – Comissão Municipal para a Promoção da Saúde

CMPT - Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências

COMOSSELA – Comissão de Melhoramentos de Ossela

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CSF – Comissão Social de Freguesia  
DGACCP – Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas  
DMAS – Divisão Municipal de Ação Social  
DMEd – Divisão Municipal de Educação  
DS – Diagnóstico Social  
ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados  
EDV – Entre Douro e Vouga  
EFA – Educação e Formação de Adultos  
EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial  
EPVA – Equipa de Prevenção da Violência em Adultos  
ESAN – Escola Superior Aveiro Norte  
ESEnfcVPOAZ – Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis  
FAMOA - Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis  
FAPCOA – Federação das Associações de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis  
FEAC – Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados  
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento  
FEINPT - Fundo Europeu de Integração de Nacionais de Países Terceiros  
GAC – Gabinete de Apoio ao Cuidador  
GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante  
GAM – Gabinete de Atendimento ao Município  
GEPE - Grupo de Entajuda para a Procura de Emprego  
GIP – Gabinete de Inserção Profissional  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
FSE – Fundo Social Europeu  
HIV – Human Immunodeficiency Virus  
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social  
ISS – Instituto da Segurança Social  
ITI - Investimentos Territoriais Integrados

JF – Junta de Freguesia  
JMV – Juventude Mariana Vicentina  
JUAC – Jovens Unidos na Amizade Cristã  
MSA – Mercado Social de Arrendamento  
NE – Núcleo Executivo  
NIAVE – Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas  
OAZ – Oliveira de Azeméis  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
PA – Plano de Ação  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PCAAC - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados  
PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial  
PDS – Plano de Desenvolvimento Social  
PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano  
PEM – Projeto Educativo Municipal  
PES – Programa de Emergência Social  
PI – Prioridades de Investimento  
PLS – Plano Local de Saúde  
PNS – Plano Nacional de Saúde  
PO CH – Programa Operacional Capital Humano  
PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização  
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego  
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos  
REF-AMP – Referencial Estratégico para a Ação Social na Área Metropolitana do Porto  
RLIS – Rede Local de Intervenção Social  
RSI – Rendimento Social de Inserção  
RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário  
SCMOAZ - Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis  
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
SIAC – Serviço de Informação e Apoio ao Consumidor  
SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências  
SIM-PD - Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência  
SNIPI – Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância  
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UE – União Europeia

UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Ativa

# Índice

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>I CAPÍTULO – METODOLOGIA</b> .....	<b>4</b>
<b>II CAPÍTULO – PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO</b> .....	<b>7</b>
ACORDO DE PARCERIA PORTUGAL 2020 .....	8
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE .....	12
ESTRATÉGIA DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (AMP) 2020 .....	13
PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (PDCT AMP) .....	14
REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA A AÇÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (REF-AMP).....	16
OUTROS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO .....	16
<b>III CAPÍTULO – DO DIAGNÓSTICO À INTERVENÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>IV CAPÍTULO – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2016 - 2018</b> .....	<b>22</b>
MUNICÍPIO SAUDÁVEL .....	23
MUNICÍPIO INCLUSIVO .....	27
MUNICÍPIO BERÇO.....	31
MUNICÍPIO MAIOR.....	35
MUNICÍPIO PARCEIRO .....	39
<b>V CAPÍTULO – RESULTADOS ESPERADOS EM 2018</b> .....	<b>43</b>
<b>VI CAPÍTULO – AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO</b> .....	<b>45</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>47</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>49</b>



# Introdução

O Programa Rede Social assumiu, em Portugal, um importante papel na difusão da elaboração de instrumentos de planeamento para a intervenção. Destacou-se como uma medida de política inovadora e com capacidade de produzir novos impactos ao nível da intervenção social. Surgiu num contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais baseadas na mobilização e responsabilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo, com o principal intuito de erradicar a pobreza e a exclusão social, de criar novas dinâmicas e de promover o desenvolvimento social e local.

A respeito do Programa Rede Social, João Emílio Alves afirma que:

“A sua estratégia de abordagem de intervenção social passa, no essencial, por estimular e acompanhar os atores sociais locais, em parceria, na sua atuação, em ordem à promoção do desenvolvimento social, ao combate à pobreza e à exclusão social, acentuando a necessidade de conferir maior racionalidade e eficácia na utilização das medidas e dos programas de combate àqueles problemas.” (2010: 63)

A Rede Social tem como principais objetivos efetuar o reconhecimento público da identidade e seus valores, fomentar a formação de uma consciência coletiva e responsável dos diferentes problemas sociais e incentivar redes de apoio integrado de âmbito local, contribuindo, através da junção de esforços das diferentes entidades locais e nacionais envolvidas, para a cobertura equitativa do país em termos de serviços e equipamentos sociais.

Neste programa é proposto que cada comunidade crie formas de conjugação de esforços estabelecendo parcerias entre as diversas entidades públicas e privadas com ação no mesmo território. Pretende fomentar o planeamento e a definição de políticas sociais concelhias, não de forma exclusiva por uma entidade ou fragmentada por várias, mas sim, a partir de uma visão estratégica apoiada na elaboração de Diagnósticos Sociais, Planos de Desenvolvimento Social e, por fim, Planos de Ação anuais. Incide na criação de estruturas de parceria de âmbito concelhio e de freguesia criando uma rede social capaz de identificar e garantir uma maior eficácia de respostas sociais.

O Plano de Desenvolvimento Social é o instrumento no qual se gera e desenvolve o quadro estratégico de intervenção e desenvolvimento social do concelho. Define-se, assim, como um instrumento estruturante, de deliberação, onde se inscreve um projeto comum de mudança. Em consonância com o Diagnóstico Social concelhio, nele definem-se objetivos capazes de

responder às necessidades e problemas prioritários identificados e ainda objetivos de desenvolvimento social e local

O Plano de Desenvolvimento Social 2016 – 2018 pretende trazer ao Município de Oliveira de Azeméis um novo ciclo de planeamento estratégico.

É importante referir que o presente Plano não pretende ser apenas um documento orientador das ações das instituições locais mas principalmente um compromisso dos parceiros locais para o desenvolvimento social do concelho.

Este documento encontra-se organizado da seguinte forma:

Primeiro capítulo - metodologia que esteve na base da construção deste Plano de Desenvolvimento Social.

Segundo capítulo - breve contextualização das estratégias assumidas para Portugal, nomeadamente o Acordo de Parceria 2014-2020 – Portugal 2020, o Programa Operacional Regional do Norte e o Plano Estratégico da Área Metropolitana do Porto - AMP 2020. Faz-se ainda uma breve referência a outros programas de financiamento nacionais.

Terceiro capítulo - breve apresentação dos problemas identificados no Diagnóstico Social e das linhas de atuação para eles definidas, fazendo a ligação com as prioridades de intervenção enunciadas para cada município.

Quarto capítulo - apresentação do plano propriamente dito, ou seja, das matrizes de planeamento por município/área temática, contendo, cada uma, as prioridades, os objetivos gerais e os objetivos específicos para o desenvolvimento social de Oliveira de Azeméis até ao ano 2018.

Quinto capítulo – resultados esperados em 2018, no concelho de Oliveira de Azeméis.

Sexto capítulo - modelo de avaliação e monitorização do plano, de forma a ser dada uma continuidade ao ciclo de diagnóstico e planeamento até agora realizado.

# I Capítulo

# Metodologia

De modo a manter a coerência dos vários documentos de planeamento da Rede Social, o Plano de Desenvolvimento Social que se apresenta segue a mesma organização do Diagnóstico Social. Assim sendo, encontra-se dividido em cinco Municípios/áreas temáticas: Município Saudável, Município Inclusivo, Município Maior, Município Berço e Município Parceiro. Após aprovação do Diagnóstico Social e com base nos problemas prioritários identificados e nas respetivas linhas de atuação, foram definidas, para cada Município, três prioridades de intervenção. Para cada prioridade foram definidos objetivos gerais, que descrevem as grandes orientações para as ações, e objetivos específicos, que descrevem os resultados que se pretendem atingir. Segundo Isabel Guerra, “Está em causa, fundamentalmente, a definição de grandes intenções de intervenção e dos seus objetivos operacionalizáveis.” (Guerra, 2000)

O Plano de Desenvolvimento Social de Oliveira de Azeméis não é um plano estratégico inalterável, pelo contrário, é possível realizar alterações e ajustamentos, sendo que a sua flexibilidade possibilita a inclusão de novos objetivos, estratégias, ações, metodologias e de novas parcerias, em resposta a desafios e oportunidades que surjam, potenciando o desenvolvimento social e local, numa linha de crescimento e desenvolvimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Estando concluído o PDS, a etapa seguinte corresponderá à elaboração dos Planos de Ação anuais. Em cada ano de vigência do Plano de Desenvolvimento Social 2016 – 2018 é elaborado um Plano de Ação, que é acompanhado ao longo do seu processo de execução, sendo monitorizado e avaliado, promovendo o desenvolvimento social integrado e adequado às reais necessidades do concelho e da população.

O Plano de Ação 2016 está estruturado igualmente em cinco Municípios/áreas temáticas e nele constam as ações para se atingir os objetivos gerais e específicos definidos no PDS. O Plano de ação específica com mais detalhe, atividades, calendários e responsáveis, objetivando o tipo de participação e envolvimento de cada um dos parceiros.

De um modo geral, nos vários municípios, podemos considerar que as ações se distribuem por eixos tipo, nomeadamente: sensibilização/informação; formação/capacitação; criação de respostas em diferentes áreas ao nível da prevenção, atuação nos problemas e promoção. As estratégias privilegiadas são: a rentabilização das respostas existentes; uma aposta na boa articulação/comunicação interinstitucional; a inovação para melhor responder aos novos desafios/necessidades; a potenciação dos programas de financiamento, nomeadamente, Portugal2020, em articulação com as plataformas supraconcelhias do Entre Douro e Vouga (EDV) e da Área Metropolitana do Porto (AMP), na dinamização de projetos que promovam o

desenvolvimento social e local e uma atuação em rede mais eficaz através de novas plataformas e instrumentos de informação e comunicação.

# II Capítulo

## Programas de Financiamento

## Acordo de Parceria Portugal 2020

O Portugal 2020 é o Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no qual se definem os princípios de programação e se estabelece a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e o desenvolvimento, em Portugal, até ao ano 2020. Poderá ser considerado o impulso que o país necessita para ultrapassar a situação económica e financeira que o tem acompanhado nos últimos anos.

O Portugal 2020, a União Europeia e os seus Estados Membros assumiram a ambição de promover, no nosso país, um Crescimento Inteligente, que apela às novas realidades tecnocientíficas e ao seu papel motor da economia sustentável, um Crescimento Inclusivo, no sentido de associar ao crescimento económico, o processo inclusivo e gerador de oportunidades sociais, para todos sem exceção e um Crescimento Sustentável com a criação de um ecossistema ambientalmente viável, garante da economia e sociedade mais próximas das necessidades do cidadão. Cada território deverá criar um processo integrado de planeamento que faça interagir estas diferentes estratégias de crescimento.

No âmbito deste acordo foram definidos os seguintes objetivos principais:

- Estimular a produção de bens e serviços transacionáveis;
- Incrementar as exportações;
- Transferir resultados do sistema científico para o tecido produtivo;
- Cumprir a escolaridade obrigatória até aos 18 anos;
- Reduzir os níveis de abandono escolar precoce;
- Integrar as pessoas em risco de pobreza;
- Combater a exclusão social;
- Promover o desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos;
- Reforçar a coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade;
- Racionalizar, modernizar e capacitar a Administração Pública.



Para a operacionalização destes objetivos, a programação e implementação do Portugal 2020 está organizada em quatro domínios temáticos, a saber:

- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)

A economia portuguesa tem sido caracterizada por um défice persistente da balança de bens e serviços. A redução do elevado endividamento externo do país constituirá, juntamente com a redução da dívida pública, um objetivo central da política económica portuguesa nos próximos anos, para o qual, o reforço da competitividade constitui um elemento essencial. Os constrangimentos à melhoria da competitividade da economia portuguesa e ao desempenho de atividades produtoras de bens e serviços mais expostos à concorrência internacional são diversos e podem ser organizados em três grandes domínios: o perfil de especialização produtiva (insuficiente relevância das atividades produtoras de bens e serviços e baixa intensidade de tecnologia e conhecimento do tecido produtivo), as competências e estratégias das PME (fragilidades ao nível da qualificação de empregadores e empregados e tendência muito baixa para a adoção de estratégias de negócio sofisticadas) e as condições de contexto à atividade empresarial (condições de financiamentos das empresas, custos e tempo de transporte acrescidos dada a distância aos principais destinos de exportação). Não obstante os resultados alcançados nos últimos anos, o caminho para superar estes constrangimentos ainda é longo e exige insistência das políticas públicas.

- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)<sup>1</sup>

Este domínio temático representa em Portugal um papel muito relevante, dada a evolução socioeconómica do país nos últimos anos. Portugal apresenta níveis de pobreza monetária e exclusão social muito elevados, superiores à média da União Europeia. Não estando a evolução desta situação exclusivamente dependente das dinâmicas do mercado de trabalho, em particular do desemprego, estas assumem um lugar chave neste âmbito. O elevado nível de desemprego apresenta-se como um problema social de maior importância. A taxa de desemprego em Portugal verificou uma trajetória ascendente desde o início do século.

- Programa Operacional Capital Humano (PO CH)

O nível médio de qualificações da população em Portugal é ainda muito reduzido o que constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial do país. Verificou-se nas últimas décadas uma evolução favorável neste âmbito mas Portugal

<sup>1</sup> Portaria nº97-A/2015, disponível em <https://dre.pt/application/file/66888560>

continua bastante abaixo dos padrões europeus. Esta situação constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao exercício de uma cidadania ativa e à empregabilidade. A vontade de prosseguir as prioridades e metas da Estratégia Europa 2020 exige a continuação do esforço na produção de qualificações adequadas aos elevados padrões de qualidade e a garantia da sua orientação para as necessidades do mercado de trabalho, assente numa utilização mais eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis.

- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)

Portugal procura uma trajetória de crescimento sustentável assente num modelo de desenvolvimento mais competitivo e resiliente, com um menor consumo de recursos naturais e energéticos e que ao mesmo tempo crie novas oportunidades de emprego, riqueza e o reforço de conhecimento. Neste domínio, os principais constrangimentos são a elevada intensidade energética da economia portuguesa, ineficiências na utilização e gestão de recursos, vulnerabilidades face a diversos riscos naturais e tecnológicos e debilidades na proteção de valores ambientais. A abordagem para responder a estes constrangimentos estrutura-se em quatro vetores basilares para a mobilização de fundos comunitários: a transição para uma economia de baixo carbono (promoção da eficiência energética e produção e distribuição de energias renováveis), a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas, a proteção do ambiente e a promoção e valorização dos recursos endógenos.

Além destes quatro domínios é necessário considerar ainda duas dimensões transversais relacionadas com a Reforma da Administração Pública (ao nível do financiamento de intervenções em ações no domínio da modernização administrativa e de capacitação da administração pública e na aplicação de fundos comunitários), e uma Abordagem à intervenção integrada a nível territorial (ponderação da escala adequada para a obtenção de ganhos de eficiência e de integração na prossecução de finalidades de política pública).

Para cada domínio temático apresentado foram definidos objetivos temáticos (OT):

PO CI- Competitividade e Internacionalização:

OT 1 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

OT 2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade

OT 3 – Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícolas das pescas e da agricultura

OT 7 – Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas

OT 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública

PO ISE - Inclusão Social e Emprego:

OT 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

PO CH - Capital Humano:

OT 10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida

PO SEUR - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos:

OT 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

OT 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos

OT 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

O Portugal 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal irá participar juntamente com outros estados membros:

► 4 Programas Operacionais Temáticos no Continente:

- PO CI
- PO ISE
- PO CH
- PO SEUR

► 5 Programas Operacionais Regionais no Continente:

- Norte
- Centro

- Lisboa
- Alentejo
- Algarve

▶ 2 Programas Regionais nas Regiões Autónomas:

- Açores
- Madeira

▶ 3 Programas de Desenvolvimento Rural:

- 1 Programa de Desenvolvimento Rural no Continente – PDR 2020
- 2 Programas nas Regiões Autónomas – Açores e Madeira

▶ 1 Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)

▶ 1 Programa Operacional de Assistência Técnica

▶ Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia:

- Espanha – Portugal
- Madeira – Açores – Canárias
- Espaço Atlântico
- Sudoeste Europeu
- Mediterrâneo
- ESPON, URBACT, INTERACT e INTERREG Europe

## Programa Operacional Regional do Norte

O Norte 2020 é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento do Norte de Portugal, integrado no Acordo de Parceria Portugal 2020 e no atual ciclo de fundos estruturais da União Europeia destinados a Portugal, assumindo-se como um importante contributo para a estratégia de desenvolvimento regional. Atendendo ao paradigma da política de coesão para a Europa, que canaliza a maioria dos fundos para as regiões menos competitivas, a dotação do NORTE 2020, de 3,4 mil milhões de Euros, é a mais relevante dos Programas Operacionais Regionais. A este financiamento junta-se os Programas Operacionais Temáticos e outros instrumentos financeiros dos quais o Norte é beneficiário. A Região Norte será, em 2020, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, o aumento de rendimentos e de emprego promovendo a coesão económica, social e territorial.

O programa NORTE 2020 organiza-se em torno de dez Eixos Prioritários, aos quais se junta um eixo para assistência técnica e financeira à implementação do programa:

- Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Competitividade das Pequenas e Médias Empresas;
- Economia de Baixo Teor de Carbono;
- Qualidade Ambiental;
- Sistema Urbano;
- Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores;
- Inclusão Social e Pobreza;
- Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Capacitação Institucional e TIC;
- Assistência Técnica.

Do conjunto destes Eixos Prioritários surgem subconjuntos de objetivos específicos que dão origem a tipologias de ações.

### **Estratégia da Área Metropolitana do Porto (AMP) 2020**

A AMP tem sido confrontada com inúmeros e variados desafios globais que influenciam significativamente as decisões e os percursos a tomar. Estes desafios exigem o envolvimento da sociedade civil e de todas as instituições na criação, operacionalização e dinamização de respostas inovadoras, diferenciadas em função das realidades territoriais, geradoras de valor económico e social. Tendo em conta as orientações da Europa 2020 e da nova regulamentação da política de coesão europeia, a estratégia da AMP está de acordo com o Norte 2020 e o Acordo de Parceria para Portugal, de forma a potenciar e otimizar a alocação de fundos estruturais no seu território no período 2014/2020.

O Plano da AMP segue a seguinte linha estratégica:

- Estabelecer uma Visão para a AMP que expresse as ambições e as alavancas assumidas e mobilizadas por todos os agentes envolvidos na construção do futuro do território, no horizonte temporal 2014-2020;
- Elencar os desafios que, relativamente ao Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, se colocam à AMP e nas apostas com que se propõe para enfrentá-los;
- Adotar os Objetivos Temáticos definidos pela União Europeia para o próximo ciclo de programação dos fundos estruturais, em linha com a estratégia Europa 2020, ampliando as possibilidades de financiamento das intervenções propostas;

- Definir Objetivos Específicos que se desdobram em Eixos de Intervenção, expressando os focos de iniciativa a pôr em prática para materializar e ancorar a estratégia para a sua concretização no Plano de Ação.

Assim, desta forma, estruturaram-se os elementos que sustentam o modelo de desenvolvimento a pôr em prática na AMP, adequando as estratégias ao diagnóstico realizado e ao quadro estratégico de referência (Acordo de Parceria Portugal 2020 e Norte 2020).

## **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto (PDCT AMP)**

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da “Estratégia Europa 2020” e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado no quadro de desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da “Estratégia Europa 2020”.

Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial devendo os mesmos contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as autoridades de gestão dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Área Metropolitana do Porto e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram um apoio global de Fundo que totaliza 138 769 552,90 euros.

No respetivo contrato celebrado a Área Metropolitana do Porto compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/tipologias de operações contratualizadas.

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) AMP 2020 apresenta 11 objetivos temáticos e 46 objetivos específicos sendo que o PDCT concorre para um conjunto selecionado de objetivos. Os objetivos temáticos e específicos da EIDT enquadráveis no PDCT são os seguintes:

- Melhorar o acesso às TIC;
- Reforçar a competitividade das PME;
- Transitar para uma economia de baixo teor de carbono;
- Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos;
- Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
- Investir na educação, na formação e na formação profissional.

Tendo em consideração a visão apresentada na EIDT e os objetivos específicos do PDCT AMP 2020, a vocação específica da AMP deve dirigir-se no sentido de contribuir para a construção de:

- Uma Metrópole diversa, relacional e intencionalmente inclusiva, com políticas e práticas sociais, educativas e culturais ancoradas na concertação estratégica intermunicipal para a promoção do acesso ao emprego, à educação e à aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento das competências das populações e das organizações, para o empreendedorismo social sustentável, o combate à pobreza e às vulnerabilidades económicas e sociais.
- Uma Metrópole saudável, atrativa e eficiente, afirmando-se enquanto espaço que promove a eficiência energética, a prevenção dos riscos e das catástrofes e o reforço da qualidade de vida.

## Referencial Estratégico para a Ação Social na Área Metropolitana do Porto (REF-AMP)

O desenvolvimento do projeto de construção do Referencial Estratégico para a Ação Social na Área Metropolitana do Porto (REF-AMP) foi coordenado científica e tecnicamente pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, em parceria com o Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, CESPU, CRL, e envolveu a participação efetiva de um espectro alargado de interlocutores dos 17 municípios da AMP: vereações, corpos dirigentes e técnicos, parceiros locais de ação social.

Resultaram do Projeto REF-AMP vários produtos ou ferramentas relevantes para o planeamento estratégico da ação metropolitana. Entre estes, destaca-se o Referencial Estratégico para a Ação Social Metropolitana propriamente dito que define 4 Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social Metropolitana, articulados entre si: Saúde e Bem-Estar, Empregabilidade e Qualificação para o Emprego, Inclusão Social, e Formação e Capacitação. Cada um destes é operacionalizado em Problemáticas Específicas e nas respetivas Respostas Operativas. O REF-AMP propõe ainda 6 Eixos para a Ação Social Estratégica - Monitor Social Metropolitano, Avaliação e Monitorização da Implementação, Avaliação do Impacto Social, Divulgação e Visibilidade Social das Ações, Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações, Empreendedorismo e Inovação Social - operacionalizados em Linhas de Ação que lhes são subordinadas. Do Projeto REF-AMP resultou também a definição do Perfil Estratégico da Ação Social na AMP, elaborado com base na análise dos conteúdos que compõem os dispositivos de planificação estratégica da ação social definidos no quadro local dos municípios da AMP.

### Outros Programas de Financiamento

O Portugal 2020 é um programa de financiamento de elevada importância mas é possível encontrar outros programas e entidades de financiamento de projetos na área social tais como:

- ▶ Fundação EDP: desenvolve e apoia projetos nas áreas da Cultura, Inovação Social, Ciência e Educação.
- ▶ Prémio BPI Sénior: apoia projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e o envelhecimento ativo de pessoas com idade superior a 65 anos.
- ▶ Prémio BPI Capacitar: apoia projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente.



- ▶ Fundação Montepio: pretende contribuir para o desenvolvimento de competências dos dirigentes e técnicos da economia social e promover projetos sociais, inovadores e sustentáveis em diversas áreas.

# III Capítulo

## Do Diagnóstico à Intervenção

Tal como já foi referido, o Plano de Desenvolvimento Social é elaborado no seguimento e em consonância com o Diagnóstico Social concelhio, sendo que os dois documentos se completam. O Diagnóstico Social foi o elemento essencial para a construção do Plano de Desenvolvimento Social sendo importante apresentar um breve resumo do Diagnóstico Social que deu origem ao presente Plano de Desenvolvimento Social.

A metodologia subjacente a estes documentos baseia-se nos princípios da investigação-ação. “As metodologias de investigação-ação permitem, em simultâneo, a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes.”. (Guerra, 2000)

Os primeiros momentos do Diagnóstico Social materializaram-se nas Entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesia/União de Freguesias, enquanto informadores privilegiados com conhecimento real sobre os territórios que presidem. Com a informação recolhida nas entrevistas foi possível preparar o momento seguinte, os Fóruns de Freguesia, que se pretenderam o mais participados possível envolvendo as entidades e a comunidade.

Nestes dois momentos foi possível identificar os problemas que afetam a população e recolher informação caracterizadora dos diferentes territórios. Após a realização dos Fóruns de Freguesia seguiram-se os Fóruns Temáticos, nos quais foram apresentados e debatidos os resultados até então alcançados. Assim, para cada município, os principais problemas priorizados foram os seguintes:

- ▶ Município Saudável:
  - Acesso à saúde
  - Dependências
  - Doença Mental
- ▶ Município Inclusivo:
  - Desemprego/trabalho precário
  - Violência Doméstica
  - Exclusão social e pobreza
- ▶ Município Berço:
  - Baixa natalidade
  - Desocupação dos jovens nos períodos não letivos
  - Baixa Cultura de Cidadania

- ▶ **Município Maior:**
  - Isolamento Social dos idosos
  - Falta de respostas adequadas às necessidades dos idosos e das famílias
  - Falta de espaços e atividades de ocupação dos idosos
- ▶ **Município Parceiro:**
  - Insuficiente cobertura de respostas sociais inovadoras adequadas às necessidades da população
  - Necessidade de uma maior consolidação da cultura de parceria e de articulação entre entidades (alargamento e diversidade)
  - Dificuldades ao nível da sustentabilidade das IPSS e equiparadas
  - Necessidade de mais formação/capacitação dos agentes sociais locais
  - Falta de instrumentos/ferramentas de planeamento, funcionamento em rede e de gestão de recursos (plataforma informática).

Os Fóruns temáticos permitiram um debate sobre a realidade de cada Município e a organização dessa informação através de uma análise SWOT que identifica as forças e as fraquezas do território e ainda as oportunidades e ameaças que enfrenta. Foi ainda possível identificar linhas de atuação a implementar para colmatar os problemas priorizados de acordo com os recursos disponíveis e identificados.

Após análise dos problemas e das linhas de atuação apresentadas no Diagnóstico Social seguiu-se a definição, para cada Município, de três prioridades de intervenção que correspondem, respetivamente, a cada problema identificado:

- ▶ **Município Saudável:**
  - Melhorar o acesso ao Sistema Nacional de Saúde
  - Prevenir os comportamentos aditivos e de risco promovendo a saúde
  - Promover a qualidade de vida das pessoas com doença mental e das suas famílias/cuidadores
- ▶ **Município Inclusivo:**
  - Promover oportunidades de acesso ao mercado de trabalho
  - Prevenir a violência
  - Promover a inclusão de pessoas em risco de pobreza e exclusão social

- ▶ Município Berço:
  - Promover medidas de promoção e apoio à família, à infância e à juventude
  - Promover a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens
  - Promover uma cultura de cidadania, de responsabilidade e participação
- ▶ Município Maior:
  - Diminuir as situações de isolamento social das pessoas idosas
  - Melhorar a cobertura de equipamentos, respostas sociais e serviços adequados às necessidades das pessoas idosas e suas famílias
  - Promover um envelhecimento saudável e uma melhoria da qualidade de vida
- ▶ Município Parceiro:
  - Potenciar o trabalho e a ação da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social e promoção do desenvolvimento sócio local
  - Promover o alargamento, a diversificação e a requalificação das instituições e respostas sociais
  - Promover a sustentabilidade das instituições fomentando a capacitação, formação, inovação e o empreendedorismo social

Estando as prioridades de intervenção definidas foi delineado um conjunto de objetivos gerais, objetivos específicos e ainda os recursos disponíveis para a sua concretização. Tal como já foi referido anteriormente, este plano não é um documento fechado, sendo possível, a qualquer momento sofrer alterações e ajustamentos.

# **IV Capítulo**

## **Plano de**

### **Desenvolvimento**

#### **Social 2016 – 2018**

# Município Saudável

**Contribuir para a promoção da cidadania, da qualidade, do acesso aos cuidados de saúde e das políticas saudáveis**

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>1. Melhorar o acesso ao Sistema Nacional de Saúde (SNS)</b></p>	<p>Promover estratégias de melhoria no acesso à saúde</p> <p>Potenciar uma melhor utilização dos serviços de saúde numa ótica de rentabilização dos recursos existentes</p>	<p>1. Promover o alargamento da rede de transportes, garantindo uma maior acessibilidade aos serviços de saúde</p> <p>2. Proporcionar cuidados de saúde nas freguesias com défice de transporte público</p> <p>3. Assegurar uma melhor informação e sensibilização relativa ao funcionamento e formas de aceder aos serviços disponíveis para uma melhoria da sua utilização, rentabilizando os recursos existentes</p> <p>4. Promover a literacia em saúde</p>	<p>- CMOA</p> <p>- Comissão Municipal para a Promoção da Saúde (CMPS)</p> <p>- Conselho Municipal Sénior (CMS)</p> <p>- IPSS</p> <p>- ACES</p> <p>- Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga E.P.E.</p> <p>- Equipa de Cuidados Continuados Integrados - Rede Nacional de Cuidados Integrados no Domicílio</p> <p>- Juntas de Freguesia (JF)</p> <p>- Operadoras de transportes</p> <p>- Projeto TIME</p> <p>- Agrupamentos de Escolas</p> <p>- Clubes Seniores</p>	<p>- Plano Nacional de Saúde 2012-2016</p> <p>- Plano Local de Saúde 2012-2016</p> <p>- Portal da Saúde</p> <p>- Programas do Portugal 2020</p>



Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>2. Prevenir os comportamentos aditivos e de risco promovendo a saúde</b></p>	<p>Promover estilos de vida saudáveis e padrões educativos que previnam os comportamentos de adição e de risco</p> <p>Promover o reforço e a criação de novas respostas</p>	<p>1. Desenvolver uma intervenção ao nível da prevenção primária, o mais alargada, abrangente e integrada possível (educação para os afetos, valores, estilos de vida saudável), desde o pré-escolar, abrangendo todos os níveis de ensino</p> <p>2. Fomentar uma maior sensibilização/formação na temática das dependências</p> <p>3. Promover o alargamento/ reforço das respostas/equipas que trabalham nesta área</p> <p>4. Capacitar as famílias de competências educacionais (psicoeducativas)</p> <p>5. Potenciar respostas adequadas às problemáticas existentes, nomeadamente ao nível da psicoterapia</p> <p>6. Promover a educação para a saúde e estilos/hábitos de vida saudáveis</p>	<p>- CMOA/DMAS/DME</p> <p>- CMOA/CMPS</p> <p>- Santa Casa da Misericórdia de OAZ</p> <p>- ACES</p> <p>- Projeto TIME</p> <p>- GNR</p> <p>- Agrupamentos de Escolas</p> <p>- JF</p> <p>- CRI/SICAD</p> <p>- Associações</p> <p>- ESAN</p> <p>- ESENFVPOAZ</p> <p>- RLIS</p> <p>- Liga Portuguesa contra o Cancro</p> <p>- Associações desportivas</p> <p>- Associação Nacional de Municípios Portugueses</p> <p>- Fundação Calouste Gulbenkian</p>	<p>- Plano Nacional de Saúde 2012-2016</p> <p>- Plano Local de Saúde 2012-2016</p> <p>- Projetos Específicos de Prevenção e Acompanhamento na área das toxicodependências</p> <p>- Programa “Eu e os outros”</p> <p>- Plano de Ação da Comissão Municipal para a Promoção da Saúde</p> <p>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</p>

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/ parcerias	Instrumentos/ programas
<p><b>3. Promover a qualidade de vida das pessoas com doença mental e das suas famílias/cuidadores</b></p>	<p>Fomentar uma intervenção integrada e articulada com as entidades que têm responsabilidades na área</p> <p>Apoiar e qualificar as condições de vida das pessoas com doença mental e seus cuidadores</p>	<p>1. Potenciar uma intervenção integrada, devidamente articulada</p> <p>2. Promover respostas e serviços na área da saúde mental adequadas às necessidades</p> <p>3. Promover a dinamização de ações de formação/sensibilização para técnicos/profissionais</p> <p>4. Melhorar a acessibilidade às consultas de saúde mental</p>	<p>- CMOA</p> <p>- ACES</p> <p>- Santa Casa da Misericórdia de OAZ</p> <p>- IPSS</p> <p>- Projeto TIME</p> <p>- RLIS</p> <p>- Segurança Social</p> <p>- Ministério Público</p> <p>- GNR</p> <p>- Delegação de Saúde</p> <p>- JF</p> <p>- ESEnfCVPOAZ</p> <p>- Operadoras de transportes</p> <p>- Rede de Cuidados Continuados</p> <p>- Universidades</p>	<p>- Plano Nacional de Saúde 2012-2016</p> <p>- Plano Local de Saúde 2012-2016</p> <p>- Projeto “Cuidar de Quem Cuida”</p> <p>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</p> <p>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</p> <p>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</p> <p>- PDCT/IT</p>

# Município Inclusivo

**Combater a pobreza e a exclusão social com estratégias de intervenção inovadoras, promovendo o empowerment social e a cidadania**

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/ Parcerias	Instrumentos/ Programas
<b>1. Promover oportunidades de acesso ao mercado de trabalho</b>	<p>Promover a empregabilidade</p> <p>Melhorar o nível de vida, de integração e de realização das pessoas</p> <p>Proporcionar a melhoria das condições socioeconómicas das famílias</p> <p>Promover a qualificação e a formação adequadas à oferta e à procura</p> <p>Promover um maior ajustamento entre a oferta e a procura de emprego</p> <p>Promover a responsabilidade social e a cidadania ativa</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Divulgar e sensibilizar as empresas sobre medidas de incentivo e apoio à contratação entre outras</li> <li>2. Fomentar o aumento da integração profissional quer pela via do autoemprego quer pela via da contratação, apostando no reforço de ações de proximidade entre oferta e procura</li> <li>3. Impulsionar a criação de uma incubadora de ideias para projetos/empresas</li> <li>4. Promover e fomentar a empregabilidade e o empreendedorismo, através de estratégias inovadoras de capacitação</li> <li>5. Promover e apoiar o empreendedorismo jovem, numa ótica de criação do próprio emprego de forma sustentável</li> <li>6. Proporcionar uma melhor mobilidade e facultar a integração profissional através da melhoria da rede de transportes</li> <li>7. Promover ações de formação de autopromoção para as empresas</li> <li>8. Promover ações de formação/capacitação para pessoas desempregadas</li> <li>9. Promover uma rede de oferta formativa diversificada e adequada às especificidades do nosso tecido empresarial</li> <li>10. Sensibilizar os jovens para a integração futura no mercado de trabalho fomentando uma adequação da formação às necessidades do mercado de trabalho</li> <li>11. Apoiar a empregabilidade enquanto aposta na recuperação de artes, ofícios e técnicas tradicionais</li> <li>12. Promover a participação dos desempregados beneficiários de apoios em atividades ocupacionais que promovam o empowerment</li> <li>13. Fomentar a integração profissional de grupos socialmente vulneráveis</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMOA/GIP/GAE</li> <li>- Projeto TIME</li> <li>- IEFP</li> <li>- Empresas</li> <li>- JF</li> <li>- Instituições</li> <li>- Entidades formadoras</li> <li>- IPSS</li> <li>- IPAV (Instituto Padre António Vieira)</li> <li>- CLASOA</li> <li>- Agrupamentos de Escolas</li> <li>- Operadoras de transportes</li> <li>- Segurança Social</li> <li>- ADRIITEM</li> <li>- Banco local de Voluntariado</li> <li>- RLIS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Referencial de Coesão da Segurança Social</li> <li>- Programas e medidas da Segurança Social</li> <li>- Programas e medidas do IEFP</li> <li>- Programas e medidas da Câmara Municipal (Ação Social, GAE, GIPs)</li> <li>- Plano de Ação do CLDS-3G (Projeto TIME)</li> <li>- Programa Aproximar Educação (PAE)</li> <li>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</li> <li>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</li> <li>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</li> </ul>

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/ Parcerias	Instrumentos/ Programas
<b>2. Prevenir a violência</b>	<p>Promover uma atuação em rede no âmbito da violência</p> <p>Potenciar a dinamização de respostas ao nível da sensibilização, informação e formação</p> <p>Investir na criação/disponibilização de respostas de apoio à vítima e ao agressor</p> <p>Promover a igualdade de género e o combate às discriminações</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar/implementar um Plano Municipal de Combate à Violência</li> <li>2. Promover ações de sensibilização/informação/ formação dirigida a grupos diversificados, profissionais e à comunidade geral</li> <li>3. Promover a criação/disponibilização de respostas de apoio à vítima e ao agressor</li> <li>4. Assegurar em situações de emergência uma estrutura local de acolhimento/apoio às vítimas (CAT – Centro de Acolhimento Temporário)</li> <li>5. Sensibilizar desde idades precoces para as questões da cidadania e igualdade de género</li> <li>6. Potenciar/capacitar as instituições para uma intervenção mais ativa e proativa</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMOA/DMAS/DME</li> <li>- Santa Casa da Misericórdia de OAZ</li> <li>- GNR</li> <li>- Ministério Público</li> <li>- Segurança Social</li> <li>- Projeto TIME</li> <li>- RLIS</li> <li>- CMOA/ grupo interno do Plano Municipal da Responsabilidade Social e Igualdade</li> <li>- Projeto TIME</li> <li>- AMP</li> <li>- ACES</li> <li>- Medicina Legal</li> <li>- Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga E.P.E</li> <li>- CIG</li> <li>- ANMP</li> <li>- ACES: EPVA – Equipa Prevenção Violência Adultos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações do Projeto Ponto Final</li> <li>- Plano de Ação do CLDS-3G (Projeto TIME)</li> <li>- Programas e ações da Câmara Municipal (Ação Social)</li> <li>- Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social de OAZ</li> <li>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</li> <li>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</li> <li>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</li> </ul>

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/ Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>3. Promover a inclusão de pessoas em risco de pobreza e exclusão social</b></p>	<p>Promover a eficácia e a inovação na intervenção, apostando na inclusão social responsável</p> <p>Estimular a participação das pessoas nos seus processos de promoção e autonomização</p> <p>Melhorar a oferta de equipamentos e respostas promotoras e preventivas do combate à pobreza e exclusão social</p>	<p>1. Promover a inclusão social de forma multissetorial e integrada</p> <p>2. Promover uma intervenção multidisciplinar</p> <p>3. Potenciar uma maior participação de grupos específicos na definição do seu projeto de inclusão e ações de autopromoção/valorização pessoal (beneficiários/as RSI, pessoas portadoras de deficiência ou doença mental, etnia cigana)</p> <p>4. Dinamizar uma intervenção integrada e articulada no território, uniformizando procedimentos e respostas comuns</p> <p>5. Estimular a inovação e a inclusão social pela arte, desporto e criatividade</p> <p>6. Potenciar a criação/dinamização de novas respostas e serviços ajustados às necessidades sociais potenciando e valorizando os recursos e as pessoas</p> <p>7. Potenciar a inclusão de grupos específicos nomeadamente pessoas portadoras de deficiência através de medidas de apoio económico, psicológico, ocupacional e integração profissional</p>	<p>- Projeto TIME</p> <p>- RLIS</p> <p>- CMOA</p> <p>- JF</p> <p>- Segurança Social</p> <p>- IPSS</p> <p>- CLASOA</p> <p>- ACES</p> <p>- Agrupamentos de Escolas</p> <p>- Escolas Superiores</p> <p>- IEFP</p> <p>- CMOA/GIP</p> <p>- CMD</p> <p>- Empresas</p> <p>- Entidades públicas e privadas com atendimento ao público</p>	<p>- Programas e medidas da Segurança Social (RSI, Complemento Solidário para Idosos...)</p> <p>- FEAC</p> <p>- Banco Alimentar</p> <p>- Bancos de Recursos Locais</p> <p>- Programa de Emergência Social (PES)</p> <p>- RLIS</p> <p>- Plano de Ação do CLDS-3G (Projeto TIME)</p> <p>- Programas e serviços da Câmara Municipal /Ação Social (Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento)</p> <p>- Plano de Ação da Comissão Municipal para a Deficiência</p> <p>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</p> <p>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</p> <p>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</p>

# Município Berço

**Promover condições sociofamiliares para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens**

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>1. Promover medidas de promoção e apoio à família, à infância e à juventude</b></p>	<p>Promover a reflexão sobre os fatores que podem condicionar a natalidade</p> <p>Educar para a mudança (empresas, instituições e famílias)</p> <p>Promover a intervenção precoce na infância</p> <p>Promover o desenvolvimento, a integração e inclusão das crianças e jovens</p>	<p>1. Promover ações de sensibilização e informação tendo em vista o incentivo à natalidade</p> <p>2. Promover/melhorar incentivos e apoios à natalidade</p> <p>3. Sensibilizar as empresas para a adoção de medidas de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal</p> <p>4. Garantir uma maior cobertura e melhor qualidade das respostas adequadas às necessidades das crianças e jovens</p> <p>5. Assegurar às crianças e jovens a proteção dos seus direitos e desenvolvimento das suas capacidades</p>	<p>- NERS</p> <p>- CMOA/DMAS/DME</p> <p>- IPSS</p> <p>- Projeto TIME</p> <p>- FAPCOA</p> <p>- Agrupamentos de Escolas</p> <p>- Empresas</p> <p>- Comércio e serviços</p> <p>- JF</p> <p>- Grupo de trabalho interno do Plano Municipal da Responsabilidade Social e Igualdade</p> <p>- ACES</p> <p>- Segurança Social</p> <p>- CAFAP</p> <p>- CPCJ</p> <p>- Instituições</p> <p>- CMJ</p>	<p>- Relatório final da comissão para a Política da Natalidade em Portugal - Prof. Joaquim Azevedo</p> <p>- Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social de OAZ</p> <p>- Cartão Municipal de Famílias Numerosas</p>



Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>2. Promover a ocupação dos Tempos Livres das crianças e jovens</b></p>	<p>Promover o acompanhamento a crianças e jovens no domínio da cidadania, inclusão e desenvolvimento social</p> <p>Promover uma maior participação e o desenvolvimento individual das crianças e jovens</p>	<p>1. Sensibilizar as entidades com oferta na área para conhecer os interesses, motivações e expectativas dos jovens (e eventualmente dos seus familiares)</p> <p>2. Potenciar e divulgar uma oferta diversificada e integrada de projetos atrativos e inclusivos que visem a ocupação dos jovens, desenvolvendo a imaginação e criatividade</p> <p>3. Promover a sensibilização/informação sobre temáticas relevantes</p> <p>4. Promover a integração/ participação de crianças e jovens em situação económica desfavorecida</p>	<p>- NERS - CMOA - Centro Lúdico - BMFC - Piscina Municipal - Arquivo Municipal - Loja Ponto Já - DMAS - DMed - JF - Agrupamentos de Escolas - IPSS - Projeto TIME - Instituto Português do Desporto e Juventude - Banco local de Voluntariado - GNR - CPCJ - RLIS - Segurança Social</p>	<p>- Projeto Educativo Municipal (PEM) - Programas da Biblioteca BMFC (Zona Jovem) - Programas do Centro Lúdico - Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social de OAZ</p>

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>3. Promover uma cultura de cidadania, de responsabilidade e participação</b></p>	<p>Fomentar a educação para a cidadania, para os valores e afetos</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Consciencializar/sensibilizar para a importância da cidadania, valores e afetos como fator de desenvolvimento e realização pessoal</li> <li>2. Potenciar o envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos</li> <li>3. Capacitar as famílias em situação de vulnerabilidade social em formação parental para serem agentes dinamizadores de futuras ações</li> <li>4. Potenciar os programas e ações existentes</li> <li>5. Promover a identificação e divulgação de boas práticas existentes</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- NERS</li> <li>- CMOA</li> <li>- DMAS</li> <li>- DMEd</li> <li>- Centro Lúdico</li> <li>- BMFC</li> <li>- CME</li> <li>- IPSS</li> <li>- Projeto TIME</li> <li>- RLIS</li> <li>- Agrupamentos de Escolas</li> <li>- FAPCOA</li> <li>- CPCJ</li> <li>- Segurança Social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto Educativo Municipal (PEM)</li> <li>- Programa EPA</li> <li>- Plano de Ação do CLDS-3G (Projeto TIME)</li> </ul>

# Município Maior

**Promover a melhoria da qualidade de vida da população sénior,  
a valorização do seu papel na sociedade e o exercício da sua  
cidadania**

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<b>1. Diminuir as situações de isolamento social das pessoas idosas</b>	<p>Minorar os fatores de isolamento social</p> <p>Melhorar a qualidade de vida potenciando o envolvimento social e melhores condições de bem-estar</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter atualizado o levantamento das situações de isolamento social das pessoas idosas e da sua situação</li> <li>2. Fomentar um melhor acompanhamento das situações de isolamento, no domicílio, com equipas interdisciplinares (enfermeiro/a, psicólogo/a)</li> <li>3. Fomentar uma maior articulação entre instituições/projetos existentes proporcionando a diversificação de atividades, evitando a sobreposição</li> <li>4. Reforçar laços e construir pontes através da sensibilização da população para as questões do envelhecimento</li> <li>5. Implementar novos projetos/ações que respondam às diferentes necessidades e situações</li> <li>6. Potenciar a criação/desenvolvimento de projetos intergeracionais e de valorização do papel da pessoa idosa na família e na sociedade</li> <li>7. Potenciar o alargamento da cobertura dos serviços existentes (teleassistência, cartão municipal sénior)</li> <li>8. Melhorar a mobilidade da população idosa</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- GNR</li> <li>- CMOA</li> <li>- IPSS</li> <li>- JF</li> <li>- CLASOA</li> <li>- Fundação Manuel Brandão</li> <li>- NERS</li> <li>- Segurança Social</li> <li>- Projeto TIME</li> <li>- RLIS</li> <li>- Grupos Informais: Grupo Gaudete – JUAC – JMV</li> <li>- Conferências Vicentinas</li> <li>- Universidade Sénior</li> <li>- Empresas</li> <li>- Operadoras de transportes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cartão Municipal Sénior</li> <li>- Programas da CMOAZ: - Programa Desportivo “Viver Melhor”</li> <li>- Programa “Ir Mais Longe... Á Redescoberta da História Regional”</li> <li>- Banco Local de Voluntariado</li> <li>- Plano de Ação do CLDS-3G (Projeto TIME)</li> <li>- Plano de Ação da RLIS</li> <li>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</li> <li>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</li> <li>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</li> </ul>

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>2. Melhorar a cobertura de equipamentos, respostas sociais e serviços adequados às necessidades das pessoas idosas e suas famílias</b></p>	<p>Melhorar a cobertura de equipamentos, respostas e serviços de acordo com as novas realidades e desafios do envelhecimento</p> <p>Promover a sensibilização, a informação, o envolvimento e a participação das famílias e comunidade no garante de uma maior coesão social, qualidade de vida e bem-estar</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diversificar e melhorar as respostas existentes</li> <li>2. Divulgar/ sensibilizar as famílias para as respostas existentes no município</li> <li>3. Definir projetos que complementem as respostas já tipificadas potenciando a sua inovação e diferenciação positiva</li> <li>4. Fomentar o alargamento /disponibilização de respostas informais</li> <li>5. Potenciar a criação/alargamento de respostas sociais em consonância com as necessidades</li> <li>6. Promover formação na área da geriatria que promova a capacitação das pessoas, profissionais e desempregados, fomentando o autoemprego</li> <li>7. Potenciar uma melhor assistência/apoio no domicílio (pequenas reparações em casa)</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMOA</li> <li>- ADRITEM</li> <li>- IPSS</li> <li>- CLASOA</li> <li>- NERS</li> <li>- JF</li> <li>- ACES</li> <li>- Grupo de parceiros de projetos</li> <li>- Projeto TIME</li> <li>- CMS</li> <li>- Segurança Social</li> <li>- IEFP</li> <li>- GIP</li> <li>- Entidades Formadoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Ação do CLDS-3G (Projeto TIME)</li> <li>- Plano de Ação da RLIS</li> <li>- Programas/serviços da CMOAZ</li> <li>- Plano de ação do Conselho Municipal Sénior</li> <li>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</li> <li>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</li> <li>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</li> </ul>

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>3. Promover um envelhecimento saudável e uma melhoria da qualidade de vida</b></p>	<p>Promover a valorização e a participação ativa na comunidade reforçando a coesão social</p> <p>Contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, inovadora e pensadora (Concelho Amigo das pessoas idosas)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Potenciar a sensibilização/informação em temas diversificados para um envelhecimento saudável e ativo</li> <li>2. Promover a sensibilização para a mais ampla participação da população idosa rentabilizando as respostas/programas existentes</li> <li>3. Potenciar a dinamização de projetos/ações inovadoras, intergeracionais no âmbito do funcionamento dos espaços de ocupação sénior</li> <li>4. Promover a partilha e replicação de boas práticas</li> <li>5. Promover práticas de voluntariado para trabalho com a população idosa (EVS)</li> <li>6. Envolver a comunidade no desenho de projetos integradores</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMOA/DMAS</li> <li>- IPSS</li> <li>- JF</li> <li>- CMS</li> <li>- Associações</li> <li>- CLASOA</li> <li>- NERS</li> <li>- Banco Local de Voluntariado</li> <li>- Operadoras</li> <li>- Empresas</li> <li>- Comércio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Clubes Seniores</li> <li>- Programa Desportivo “Viver Melhor”</li> <li>- Programa “Ir Mais Longe... Á Redescoberta da História Regional”</li> <li>- Aqui Há Dança</li> <li>- Plano de Ação do CLDS-3G (Projeto TIME)</li> <li>- Plano de Ação da RLIS</li> <li>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</li> <li>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</li> <li>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</li> </ul>

# Município Parceiro

**Fortalecer os mecanismos de governação, promovendo a articulação local e regional, envolvendo todos os atores relevantes em prol do desenvolvimento social**

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<b>1. Potenciar o trabalho e a ação da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social e promoção do desenvolvimento sócio local</b>	<p>Fortalecer a cultura de parceria e o trabalho em rede, devidamente articulado e coordenado</p> <p>Promover o planeamento do desenvolvimento social ao nível concelhio e supraconcelhio</p> <p>Desenvolver um planeamento/intervenção de proximidade</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apostar em novas ferramentas/plataformas informáticas de apoio ao funcionamento da Rede Social/gestão de recursos, partilhados por todos os parceiros e com a participação da comunidade</li> <li>2. Conhecer e divulgar as respostas sociais existentes no município rentabilizando-as e facilitando o acesso às mesmas</li> <li>3. Manter atualizada a informação diagnóstica, em áreas específicas, nomeadamente: idosos isolados e violência doméstica</li> <li>4. Manter atualizados os instrumentos de âmbito concelhio disponíveis (Carta Social e Observatório Social) com vista o desenvolvimento de novas respostas e intervenções</li> <li>5. Aumentar o número de Comissões Sociais de Freguesia de forma a cobrir todo o território e Investir na dinamização das Comissões Sociais de Freguesia</li> <li>6. Potenciar projetos e respostas de âmbito concelhio e supraconcelhio</li> <li>7. Participar nos processos de planeamento e intervenção da Plataforma Supraconcelhia do EDV, da Associação de Municípios Terras de Santa Maria (AMTSM) e da Área Metropolitana do Porto (AMP)</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- NERS</li> <li>- RLIS</li> <li>- CLASOA</li> <li>- Empresas na área da informática</li> <li>- CMOA</li> <li>- Instituições</li> <li>- JF</li> <li>- GNR</li> <li>- Santa Casa da Misericórdia de OAZ</li> <li>- IPSS</li> <li>- Escolas Superiores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carta Social</li> <li>- Observatório Social</li> <li>- Manual de dinamização das CSF</li> <li>- Estratégia integrada de desenvolvimento territorial AMP 2020</li> <li>- Estratégia e Plano de ação EDV 2020</li> <li>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</li> <li>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</li> <li>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</li> </ul>



Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>2. Promover o alargamento, a diversificação e a requalificação das instituições e respostas sociais</b></p>	<p>Fomentar uma adequada cobertura de equipamentos/serviços/respostas sociais face às novas necessidades, desafios e oportunidades</p> <p>Potenciar estratégias que desenvolvam a proatividade das instituições na dinamização de novas respostas para enfrentamento de novos desafios</p> <p>Potenciar a requalificação/modernização das instituições</p>	<p>1. Otimizar os financiamentos/comparticipação de programas/ medidas de apoio disponibilizados</p> <p>2. Potenciar novos projetos promovendo a inovação, o alargamento e a rentabilização de respostas impulsionando o desenvolvimento social e local</p> <p>3. Incentivar a requalificação/modernização das instituições beneficiando de apoios para o efeito</p> <p>4. Promover o conhecimento, a informação, a partilha e a disseminação de boas práticas ao nível da promoção social</p>	<p>- NERS</p> <p>- CMOA</p> <p>- CLASOA</p> <p>- IPSS</p> <p>- JF</p>	<p>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</p> <p>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</p> <p>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</p> <p>- Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial /Investimento Territorial Integrado (PDCT/IT)</p>

Prioridade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Recursos	
			Entidades/Parcerias	Instrumentos/ Programas
<p><b>3. Promover a sustentabilidade das instituições fomentando a capacitação, formação, inovação e o empreendedorismo social</b></p>	<p>Promover a capacitação institucional e dos agentes sociais locais</p>	<p>1. Apetrechar os técnicos e dirigentes de novos conhecimentos e ferramentas para a sustentabilidade e qualificação das IPSS e outras entidades</p> <p>2. Capacitar os técnicos/profissionais de conhecimentos em áreas específicas para a qualificação e inovação na intervenção social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- NERS</li> <li>- CMOA</li> <li>- ADRITEM</li> <li>- CLASOA</li> <li>- IPSS</li> <li>- Entidades Formadoras</li> <li>- AMP</li> <li>- Projeto TIME</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de Financiamento nomeadamente Portugal 2020</li> <li>- Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (REF-AMP)</li> <li>- Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP – 2014/2017 (PEMAS 14/17)</li> </ul>

# V Capítulo

## Resultados

### esperados em 2018

O documento apresentado é resultado de um esforço coletivo que tem vindo a ser efetuado em Oliveira de Azeméis, no âmbito do Programa Rede Social. O presente plano é um desafio assumido por todos os membros do Conselho Local de Ação Social, que, em conjunto, de uma forma ativa e participada, pretende alcançar, até ao final do ano 2018, os seguintes resultados:

### Município Saudável

- Maior garantia do direito de acesso à saúde
- Disponibilização de respostas, nomeadamente na área da Saúde Mental
- Alargamento das ações de prevenção integradas
- População com ganhos em saúde

### Município Inclusivo

- Promoção da igualdade combatendo as discriminações
- Participação, criatividade e empreendedorismo social
- Implementação de projetos inovadores de promoção (públicos específicos e população em geral)
- Capacitação e sensibilização dos organismos do terceiro setor, indivíduos e entidades públicas e privadas para o empreendedorismo e inovação social

### Município Berço

- Maior garantia dos direitos da infância e juventude
- Intervenção preventiva mais integrada e articulada
- Famílias mais participativas e mais capacitadas para uma parentalidade positiva
- Crianças e jovens mais integrados na vida desportiva, cultural e social da comunidade

### Município Maior

- Afirmação de Oliveira de Azeméis como Concelho Amigo das pessoas idosas
- Garantia de proteção de todas as pessoas idosas
- Rede de respostas formais e informais alargada e diversificada
- Solidariedade intergeracional mais visível e consolidada

### Município Parceiro

- Cobertura de todo o território por Comissões Sociais de Freguesia/ Comissões Sociais Interfreguesias
- Maior cobertura de respostas e projetos sociais em diferentes áreas
- Inovação e mais forte interação e articulação no funcionamento da rede
- Capacitação das instituições e agentes sociais
- Maior coesão social e desenvolvimento local

# VI Capítulo

## Avaliação e

### Monitorização

A avaliação é uma das componentes mais importantes em qualquer processo de planeamento e intervenção social. Avaliar implica uma finalidade que visa corrigir ou melhorar o plano. (2000, Guerra)

Neste sentido, o processo de implementação do Plano de Desenvolvimento Social e dos Planos de Ação deve ser monitorizado e objeto de uma avaliação anual, que possibilite verificar a eficiência e a eficácia do mesmo, potenciando, caso seja necessário, a introdução de correções e/ou alterações no sentido de garantir que este é um instrumento efetivo para o desenvolvimento social e local do concelho.

A monitorização é o processo que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção de forma a identificar possíveis desvios face ao planeado, através da utilização de um sistema de registo.

Este controlo incide geralmente na realização das ações definidas e na utilização dos recursos previstos. Para tal foram definidos critérios e indicadores que permitirão acompanhar a execução das ações e atividades, cujo desenvolvimento e evolução é monitorizado de forma sistemática pelo Núcleo Executivo, nas suas reuniões, bem como num processo avaliativo semestral com apresentação e aprovação em sede de CLASOA: A avaliação não serve para fiscalizar nem punir devendo ser entendida como um momento de análise e reflexão e como um instrumento de maior importância para o planeamento das intervenções seguintes.

Em 2018, último ano de vigência deste Plano, deverá ser realizada uma avaliação final do Plano de Desenvolvimento centrada nos resultados e nos impactos das intervenções.

# Bibliografia

Alves, João Emílio (2010), *Parceiros em Rede. Estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação*. Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada ao ISCTE-IUL. Página consultada em janeiro de 2016, <[http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3063/1/TESE\\_vers%C3%A3o%20final.pdf](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3063/1/TESE_vers%C3%A3o%20final.pdf)>

Guerra, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia

IDS- Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa



# Anexos

### Anexo 1: Constituição do CLASOA

Entidade	
1	A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista
2	ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria
3	Agrupamento de Centros de Saúde Aveiro Norte (ACES Aveiro Norte)
4	Agrupamento de Escolas de Fajões
5	Agrupamento de Escolas de Loureiro
6	Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva
7	Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro
8	Agrupamento de Escolas Soares Basto
9	Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra
10	Associação de Cultura e Desporto de Cesar - Villa Cesari
11	Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro
12	Associação de Solidariedade Social de Loureiro
13	Associação de Solidariedade Social de Macieira de Sarnes
14	Associação de Solidariedade Social de Travanca
15	Associação Dianova Portugal - Intervenção em Toxicodependências e Desenvolvimento Social
16	Associação Empresarial do Concelho de O. Azeméis – AECO
17	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis
18	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
19	CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
20	Centro da Terceira Idade de S. Roque
21	Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho
22	Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre o Douro e Vouga
23	Centro Distrital de Aveiro, do ISS, IP
24	Centro Infantil de S. Roque

<b>25</b>	Centro Infantil e Social de Cesar
<b>26</b>	Centro Paroquial e Social Santo André de Macinhata da Seixa
<b>27</b>	Centro Social Dr.ª Leonilda A. S. Matos
<b>28</b>	Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo
<b>29</b>	Centro Social e Paroquial de S. Miguel
<b>30</b>	Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa
<b>31</b>	Centro Social, Cultural e Recreativo de Pindelo
<b>32</b>	CERCIAZ, C.R.L
<b>33</b>	CFAE - Centro de Formação da Associação de Escolas dos Concelhos de Arouca, V. Cambra e O. Azeméis
<b>34</b>	Comissão de Melhoramentos de Azeméis
<b>35</b>	Comissão de Melhoramentos Locais de Palmaz
<b>36</b>	Comissão Municipal para a Deficiência
<b>37</b>	COMOSSELA – Comissão de Melhoramentos de Ossela
<b>38</b>	Conselho Municipal de Educação de Oliveira de Azeméis
<b>39</b>	CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de O. Azeméis
<b>40</b>	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Cucujães
<b>41</b>	Desafio Jovem - Teen Challenge Portugal
<b>42</b>	Escola Superior Aveiro-Norte da Universidade de Aveiro
<b>43</b>	Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis
<b>44</b>	FAMOA - Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis
<b>45</b>	FAPCOA - Federação das Associações de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis
<b>46</b>	Fundação Condessa Penha Longa
<b>47</b>	Fundação Manuel Brandão
<b>48</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>49</b>	Junta de Freguesia de Carregosa
<b>50</b>	Junta de Freguesia de Cesar

51	Junta de Freguesia de Fajões
52	Junta de Freguesia de Loureiro
53	Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes
54	Junta de Freguesia de Ossela
55	Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara
56	Junta de Freguesia de S. Roque
57	Junta de Freguesia de Vila de Cucujães
58	LIONS Clube de Oliveira de Azeméis
59	Megaexpansão, Ensino e Formação Profissional em Novas Tecnologias, Lda.
60	Misericórdia da Vila de Cucujães
61	Núcleo da Liga dos Combatentes de Oliveira de Azeméis
62	Núcleo Local de Inserção de Oliveira de Azeméis
63	Obra Missionária de Ação Social
64	Obra Social de S. Martinho da Gândara
65	Patronato de Santo António
66	Rotary Club de Oliveira de Azeméis
67	Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis
68	Semente – Formação Profissional, Gestão e Desenvolvimento de Recursos, Lda.
69	União das Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo
70	<b>União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madaíl</b>
71	Freguesia de UI
72	Freguesia de Madaíl
73	União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz

## *Anexo 2: Estruturas de Parceria*

### **COMISSÃO MUNICIPAL PARA A DEFICIÊNCIA (CMD)**

A Comissão Municipal para a Deficiência, criada em 2006, integra várias instituições concelhias com intervenção relevante na área da deficiência, cuja missão é o desenvolvimento e prossecução a nível de área do município, da política de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, no âmbito da definida a nível nacional.

#### **Entidades parceiras:**

1. NOZ - Associação Nogueirense de cultura e Desporto;
2. APICDOA - Associação de Pais para a Integração da Criança Deficiente do Concelho de Oliveira de Azeméis;
3. Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis;
4. CERCIAZ;
5. Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Cucujães;
6. Hospital S. Miguel de Oliveira de Azeméis;
7. Agrupamento de Escolas Soares de Basto;
8. IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional;
9. Participações em nome individual.

### **COMISSÃO MUNICIPAL PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE (CMPS)**

A Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências (CMPT) criada em 2010, designada desde 2014 por Comissão Municipal para a Promoção da Saúde (CMPS), alargando o seu âmbito de ação, integra várias instituições concelhias com intervenção relevante nesta área temática. A sua missão é o desenvolvimento e a prossecução a nível da área do município, de uma política de prevenção, informação, sensibilização e formação na área da saúde, no âmbito da estratégia definida a nível nacional.

#### **Entidades parceiras:**

1. Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis;
2. Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Aveiro;
3. CRI Porto Central, Administração Regional de Saúde do Norte I.P.;
4. Guarda Nacional Republicana;
5. Agrupamento de Escolas Ferreira da Silva;
6. Associação de Pais da Escola Básica e Secundária Ferreira de Castro;
7. Liga Portuguesa contra o Cancro;
8. Associação Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal;
9. União Recreativa Amigos da Terra (URATE);

10. Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis - Equipa Soltar Amarras;
11. Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo;
12. Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Cucujães;
13. Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis;
14. Agrupamento de Escolas Soares Basto;
15. Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte.

### **CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR (CMS)**

O Conselho Municipal Sénior foi criado em 2010, integra representantes de entidades e da sociedade civil e é um órgão local de representação das pessoas idosas, com funções consultivas, de apreciação e análise dos problemas e das propostas de solução, de informação e promoção dos direitos e proteção das pessoas idosas de forma a garantir o seu bem-estar, dignidade e qualidade de vida.

#### **Entidades parceiras:**

1. Presidente ou vereador/a do pelouro com competências delegadas, que preside;
2. Cidadãos/ãs com 65 ou mais anos em representação das freguesias do Município;
3. Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Aveiro;
4. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis;
5. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fajões;
6. Guarda Nacional Republicana;
7. Universidade Sénior de Oliveira de Azeméis;
8. Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis;
9. Obra Missionária de Ação Social - Lar de Santa Teresinha;
10. Comissão de Melhoramentos de Azeméis (Centro de Dia);
11. Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis (Apoio Domiciliário);
12. Comissão de Melhoramentos Locais de Palmaz (Centro de Convívio);
13. ARI - Associação de Reformados e Idosos de Macieira de Sarnes;
14. ARPC - Associação de Reformados e Pensionistas de Carregosa;
15. FAMOA - Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis;
16. Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte.

### **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

O Conselho Municipal de Educação é um órgão de coordenação do sistema educativo e da política educativa municipal e tem como objetivos promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos órgãos educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o referido

sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

**Entidades parceiras:**

1. Vereador da Educação;
2. Representante da Assembleia Municipal;
3. Representante das Juntas de Freguesia;
4. Representante do ME – DGEstE;
5. Representante ensino superior público -Universidade de Aveiro;
6. Representante ensino superior privado - Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha de Oliveira de Azeméis;
7. Representante do Pré-Escolar;
8. Representante do Ensino Básico;
9. Representante do Ensino Secundário;
10. Representante dos estabelecimentos Ensino Básico privados;
11. GNR de Oliveira de Azeméis;
12. ACES Entre Douro e Vouga II;
13. Instituto da Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Aveiro);
14. IEFP Norte;
15. FAPCOA;
16. Representante das IPSS;
17. Representante do Conselho Municipal da Juventude;
18. Representante do pessoal não docente;
19. Representante das Associações de Estudantes;
20. Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva;
21. Agrupamento de Escolas de Fajões;
22. Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro;
23. Agrupamento de Escolas de Loureiro;
24. Agrupamento de Escolas Soares Basto.

**CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE**

O Conselho Municipal da Juventude de Oliveira de Azeméis é um órgão de consulta, auscultação e informação da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis com a missão de se pronunciar sobre políticas, projetos e programas na área da juventude.

**Entidades parceiras:**

1. Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo 212;
2. Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo 18;
3. Corpo Nacional de Escutas – Agrup. 1099;
4. Corpo Nacional de Escutas – Agrup. 534;

5. Corpo Nacional de Escutas – Agrup. 24;
6. Núcleo de Atletismo de Cucujães;
7. Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta;
8. A Chama – Associação Recreativa Cultural S. Roque;
9. A NOZ – Associação Cultural e Desporto;
10. APNLJFC – Associação do Prémio Nacional Literatura Juvenil Ferreira de Castro;
11. Villa Cesari – Associação Cultural e Desporto de Cesar;
12. ADEC-MS – Associação Desportiva e Cultural de Macieira de Sarnes;
13. Associação TAL – Teatro Amador de Loureiro;
14. GODESTEU – Associação Cultural;
15. Associação Cultural de Travanca;
16. Turma da Bola – Associação Cultural Recreativa e Desportiva;
17. Associação Recreativa Desportiva e Cultural de Palmaz;
18. URATE – União Recreativa “Os amigos da Terra”;
19. Palmaz Jovem Clube;
20. Associação Monges do Nada;
21. Associação D. Urraca Moreira;
22. Associação de Estudantes Escola Secundária Soares Basto;
23. Associação de Estudantes Escola Secundária Ferreira de Castro;
24. Associação de Estudantes Escola Secundária Fajões;
25. Associação de Estudantes Escola Superior Aveiro Norte;
26. Associação Estudantes Escola Superior Enfermagem CVPOAZ;
27. Juventude Social-democrata;
28. Juventude Socialista;
29. Juventude Popular;
30. Representante PSD Assembleia Municipal;
31. Representante PS Assembleia Municipal;
32. Representante CDS-PP Assembleia Municipal;
33. Conselho Municipal de Educação.